



CÂMARA MUNICIPAL DE FELGUEIRAS

Ordem do dia

Ponto n.º 16

Ata n.º 03

2020.02.20

MAPA DE PESSOAL DA CÂMARA MUNICIPAL DE FELGUEIRAS PARA O ANO

2020 - ALTERAÇÃO - Presente a proposta do Senhor Presidente, de alteração do Mapa de Pessoal para o Ano 2020, em anexo. -----

Deliberação – A Câmara Municipal delibera aprovar a proposta de ajustamento ao Mapa de Pessoal para o ano de 2020. Esta deliberação foi tomada por cinco votos a favor e quatro abstenções dos Senhores Vereadores João Sousa, Carla Meireles, Joaquim Ribeiro e Adelina Silva. -----



Praça da República - Margaride
4610-116 Felgueiras

T. 255 318 000 F. 255 318 170
geral@cm-felgueiras.pt

www.cm-felgueiras.pt

1 | 1



CÂMARA MUNICIPAL DE FELGUEIRAS

PROPOSTA

MAPA DE PESSOAL DA CÂMARA MUNICIPAL DE FELGUEIRAS PARA O ANO DE 2020 - ALTERAÇÃO

O mapa de pessoal é um instrumento de gestão, de elaboração anual, que contém a indicação do número de postos de trabalho de que o órgão ou serviço carece para o desenvolvimento das suas atividades (permanentes ou temporárias).

A sua elaboração decorre da aplicação dos artigos 28.º e 29.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovado pela Lei n.º 35/2014 de 20 de junho, em matéria de planeamento e gestão dos Recursos Humanos.

A caracterização e afetação de cada posto de trabalho condiciona necessariamente os termos de abertura dos procedimentos concursais para os postos não ocupados. Assim, no que se refere, designadamente, à titularidade de uma determinada área de formação académica ou profissional, a mesma só poderá ser exigida se previamente prevista no mapa e devidamente contemplada.

O atual Mapa de Pessoal 2020 foi aprovado pela Assembleia Municipal em 27 de novembro de 2019, sob proposta da Câmara Municipal, aprovada em reunião de 31 de outubro de 2019, tendo entrado em vigor no dia 1 de janeiro do corrente ano.

Constata-se da análise efetuada ao respetivo mapa de pessoal que existe um pequeno lapso na afetação de um posto de trabalho à respetiva unidade orgânica.

Na Divisão de Ambiente existe um posto de trabalho a preencher, na carreira/categoría **técnica superior**, em regime de contrato de trabalho por tempo indeterminado, na Área de formação académica e/ou profissional de Eng.º Civil - doc. 1.

Este posto de trabalho deveria estar contemplado nos mesmos moldes, mas na **Divisão de Obras**.

Pretende-se a afetação deste posto de trabalho de determinada unidade orgânica, previsto no atual Mapa de Pessoal, a outra unidade orgânica, também ela prevista no atual Mapa de Pessoal.

Tal ajustamento não implica o aumento ou eliminação de postos de trabalho e não têm implicações ao nível dos recursos financeiros disponibilizados.

O Município está em constante adaptação às exigências que a prossecução do interesse público coloca, impondo assim que se ajuste a estrutura em função dos objetivos que se pretendem alcançar dos recursos financeiros disponíveis a cada momento originando uma estrutura dos serviços públicos dinâmica e não estática permitindo a sua maleabilidade e evolução.

Considerando que a Administração Pública deve pautar-se por critérios de eficiência, economicidade e celeridade processual, garantindo o cumprimento do princípio da boa



Praca da República - Margaride
4610-116 Felgueiras

T 255 318 000 F 255 318 170
geral@cm-felgueiras.pt

www.cm-felgueiras.pt

1/2



CÂMARA MUNICIPAL DE FELGUEIRAS

administração, previsto no Código do Procedimento Administrativo, aprovado em anexo ao Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro;

Considerando que no caso concreto, o princípio atrás referido poderá ficar salvaguardado, caso seja ajustado o Mapa de Pessoal de 2020, uma vez que os custos, não irão ser aumentados;

Considerando que o n.º 5 do artigo 29.º da LTFP prevê a existência de alterações ao mapa de pessoal e as que impliquem aumento de postos de trabalho carecem de «autorização prévia do membro do Governo de que dependa o órgão ou o serviço, de cabimento orçamental e do reconhecimento da sua sustentabilidade futura pelo membro do Governo responsável pela área das finanças»;

Considerando que esta regra não se aplica à presente necessidade;

Considerando que o mapa de pessoal contém a indicação do número de postos de trabalho de que a autarquia carece para o desenvolvimento das respetivas atividades, com base no planeamento feito pelos serviços tendo como base a missão, as atribuições, a estratégia, os objetivos superiormente fixados, as competências das unidades orgânicas e os recursos financeiros disponíveis;

Considerando que já se encontram a decorrer procedimentos tendentes ao recrutamento daquele posto de trabalho;

Deste modo, tendo em conta as considerações anteriores, com o objetivo de dotar o mapa de pessoal com os postos de trabalho necessários ao normal funcionamento dos serviços municipais, devidamente afetos à unidade orgânica mais apropriada e, dando cumprimento ao princípio da boa administração,

Propõe-se que a Câmara Municipal delibere:

1 - Aprovar o ajustamento ao Mapa de Pessoal de 2020, infra exposto, e em conformidade com o documento que se dá aqui por integralmente reproduzido para todos os efeitos legais e se anexa à presente proposta sob a forma de doc.2.

POSTO DE TRABALHO	UNIDADE ORGÂNICA ATUAL	NOVA UNIDADE ORGÂNICA
Técnico Superior (Engenheiro Civil)	Divisão Ambiente	Divisão Obras

Felgueiras, 13 de fevereiro de 2020

O Presidente da Câmara,

Nuno Fonseca



Praça da República - Margaride
4610-116 Felgueiras

T. 255 318 000 F. 255 318 170
geral@cm-felgueiras.pt

www.cm-felgueiras.pt



Doc. 1.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE FELGUEIRAS

2019.11.27

MAPA DE PESSOAL PARA O ANO 2020 - Presente a deliberação tomada na sua reunião extraordinária da Câmara Municipal de 2019.10.31, do seguinte teor:

"**MAPA DE PESSOAL PARA O ANO 2020** - Presente a proposta do Senhor Presidente, acompanhada do Mapa de Pessoal para o Ano 2020, em anexo.

Deliberação - A Câmara Municipal delibera aprovar o Mapa de Pessoal para o ano de 2020 e remeter o documento à Assembleia Municipal para o mesmo fim. Esta deliberação foi tomada por cinco votos a favor e quatro votos contra dos Senhores Vereadores João Sousa, Carla Meireles, Joaquim Ribeiro e Adelina Silva."

Deliberação: - A Assembleia Municipal, delibera, nos termos do n.º 1, alínea o) do artigo 25.º, Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, aprovar o Mapa de Pessoal para o ano de 2020, conforme proposta apresentada pela Câmara Municipal, em anexo.

Esta deliberação foi tomada por 34 votos a favor, 10 votos contra e 0 abstenções. Encontravam-se na sala 44 membros dos 47 que compõem a Assembleia Municipal.

Esta deliberação foi aprovada em minuta no final da reunião por 46 votos a favor, 0 votos contra e 0 abstenções. Encontravam-se na sala 46 membros dos 47 que compõem esta Assembleia Municipal.

A Mesa da Assembleia,

*José das Silveira Coimbra
Edgar José da Silveira Coimbra*



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL
DE FELGUEIRAS

Praça da República - Margaride
4610-116 Felgueiras

T. 255 3180000 F. 255 318170
geral@cm-felgueiras.pt
www.cm-felgueiras.pt

1/1

Silveira Coimbra



CÂMARA MUNICIPAL DE FELGUEIRAS

Ordem do dia
Ponto n.º 11

Ata n.º 23
2019.10.31

MAPA DE PESSOAL PARA O ANO 2020 - Presente a proposta do Senhor Presidente, acompanhada do Mapa de Pessoal para o Ano 2020, em anexo.

Deliberação - A Câmara Municipal delibera aprovar o Mapa de Pessoal para o ano de 2020 e remeter o documento à Assembleia Municipal para o mesmo fim. Esta deliberação foi tomada por cinco votos a favor e quatro votos contra dos Senhores Vereadores João Sousa, Carla Meireles, Joaquim Ribeiro e Adelina Silva.



Praça da República - Margaride
4610-116 Felgueiras

T. 255 318 000 F. 255 318 170
geral@cm-felgueiras.pt

www.cm-felgueiras.pt

1 | 1



PROPOSTA

MAPA DE PESSOAL PARA O ANO DE 2020

O Mapa de Pessoal é o instrumento de planeamento e gestão de recursos humanos, regulado pela Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas (LTFP). "Os órgãos e os serviços públicos preveem anualmente o respetivo mapa de pessoal, tendo em consideração as atividades de natureza permanente ou temporária, que pretendem desenvolver durante a sua execução." (cfr. n.º1 do artigo 29.º da LTFP).

Os/as trabalhadores/as são o principal recurso para a Câmara Municipal de Felgueiras, pelo que, pretendemos criar condições para uma gestão dos nossos Recursos Humanos mais profissional e humanizada, em diálogo social com os/as trabalhadores/as e seus/suas representantes.

Desenvolvemos, em particular junto da estrutura dirigente, uma nova filosofia: para maximizar a motivação das pessoas e o seu contributo para os objetivos organizacionais, é necessário mudar a tradicional gestão administrativa e burocrática de recursos, focada no curto prazo e na eficiência dos processos administrativos de gestão das carreiras, remunerações e garantia formal de direitos e deveres, para uma gestão estratégica de recursos humanos, com foco no longo prazo e que proporcione, através das pessoas, capacidade organizativa para gerir e facilitar a mudança alinhada com a estratégia da organização.

Esta alteração de uma gestão administrativa e burocrática de recursos humanos, centrada numa abordagem eminentemente quantitativa do seu efetivo, para uma gestão que procura a concretização dos objetivos organizacionais através das pessoas, implicou uma reorientação estratégica da função recursos humanos na Câmara Municipal de Felgueiras, adotando um modelo de gestão das pessoas baseado na definição centralizada de prioridades, políticas e modelos de gestão mais desconcentrado na sua aplicação, isto é, traduzido em ações concretas pelas diversas unidades orgânicas municipais.

Assim, uma das prioridades na gestão dos recursos humanos é a sua capacitação e valorização, permitindo criar novas perspetivas de realização dos seus profissionais. Outra das prioridades consiste no reforço das novas contratações, o que se traduz num esforço acrescido para melhor responder aos desafios que se colocam.





A presente proposta de mapa de pessoal reflete uma política de gestão de recursos humanos definida pelo Município de Felgueiras, que pressupõe a avaliação do impacto das saídas registadas nos últimos anos, resultante dos sucessivos constrangimentos introduzidos pelas leis do orçamento de estado, assim como a adoção de práticas de gestão das pessoas reconhecidas como práticas de referência.

Foi elaborada tendo por base os contributos e necessidades identificadas nas várias unidades orgânicas, espelha a escassez de recursos humanos e os postos de trabalho de que as unidades orgânicas carecem para o exercício das atribuições nas diversas áreas de intervenção da atividade municipal, assegurando assim o cumprimento dos compromissos do Município para com a comunidade.

Para além de tudo o exposto, como sabemos, a Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, instituiu o último regime jurídico para as autarquias locais, o estatuto das entidades intermunicipais, o regime jurídico da transferência de competências do Estado para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais e o regime jurídico do associativismo autárquico, revogando grande parte da Lei n.º 169/99, de 19 de setembro, relativa ao quadro de competências e ao regime jurídico de funcionamento, dos órgãos dos municípios e das freguesias.

Desta feita, a Lei 50/2018, de 16 de agosto, estabelece o quadro de transferência de competências para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais.

Com a aprovação deste diploma legal, preconiza-se a crescente legitimação das autarquias locais, afirmada numa lógica de descentralização e subsidiariedade, tendo em conta o melhor interesse dos cidadãos e das empresas que procuram da parte da administração pública uma resposta ágil e adequada.

Nesta ótica, foram entretanto publicados os diplomas de âmbito setorial que concretizam a transferência de competências em diversos domínios de atuação do Estado: saúde, educação, de entre outros.

Este processo de transferência de competências é gradual, na linha do que prevê a Lei-Quadro da Descentralização, podendo as autarquias locais assumir as novas competências de forma faseada até 2021.





Com esta reforma, cumprem-se os objetivos de maior proximidade, maior eficiência e eficácia dos serviços públicos prestados aos cidadãos, e de convergência para redução da meta da participação na receita pública prevista no Programa Nacional de Reformas.

A transferência das novas competências não pode pôr em causa a natureza pública das políticas e deve garantir a universalidade do serviço público e a igualdade de oportunidades no acesso ao mesmo. Garante igualmente os necessários recursos financeiros, patrimoniais e humanos.

Considerando que este Município assumiu este desafio que se iniciará já no início do próximo ano de 2020, nas áreas da saúde e educação, nesta conformidade este mapa espelha ainda os Recursos Humanos afetos ao processo de transferência de competências para este Município a esses níveis.

Relativamente à aprovação compete à Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, aprovar o Mapa de Pessoal, e este é acompanhado pelos encargos inerentes aos postos de trabalho constantes conforme os documentos provisionais (Orçamento Municipal).

Nestes termos, submete-se a presente proposta à apreciação da Câmara Municipal, no sentido de aprovar e, posteriormente submeter a aprovação da Assembleia Municipal, de acordo com o disposto na alínea c), do n.º 1, do artigo 33.º conjugado com a alínea o) do n.º 1, do artigo 25.º do Anexo I da Lei 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, alínea a) do n.º 2 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro, e n.º 4 do artigo 29.º da LTFP.

Paços do Concelho, 25 de outubro de 2019

O Presidente da Câmara,

Nuno Fonseca



Município de Felgueiras - Mapa da Pessoal 2020

Município de Felgueiras - Mapa de Pessoal 2020

Município de Feijó - Mapa de Passeio 2020

Município de Feijuelo - Moçambique / 2020

Município de Felgueiras - Mário de Souza 2020

Município de Felgueiras - Mapa de Pessoal 2020

Município de Feijó e círcos : Mapa do Paraná / 2000

卷之三

卷之三

CENTRAL CHINESE LIBRARIES

卷之三

卷之三

DRAFT

ପ୍ରକାଶକ ପତ୍ର ପରିଚୟ

REVISTAS DE INVESTIGACIÓN

THE BIBLE

80

10

卷之三

三

10

卷之三



CÂMARA MUNICIPAL DE FELGUEIRAS

Ex. S. Vereador
Dr. Joel Costa

Parecer ~~Henta a informac~~
~~unha com a qual subscrevo~~
~~em face da necessidade, presente~~
~~de dotar a DO/DT corpo técnico que~~
~~permite a execução de responsabilida~~
~~des na área, de divisão proposta~~
~~que desde já se proceda ao recor~~
~~imento de 2 engenheiros, níveis~~
~~classificados pelo numero de lista de~~
~~ordenação final do concurso aberto em 2019.~~
~~A consideração superior de V. Ex. 2020.01.15~~

Despacho

Concordo.

Joel

20/1/2020

Concordo 13(2)2020

ASSUNTO: Recrutamento de Eng. Civis para a Divisão de Obras – Departamento Técnico

A Divisão de Obras está há mais de 8 anos, com pessoal técnico deficitário, com os técnicos que saíram e não foram substituídos perfazendo um total de 9 técnicos, sendo certo que o trabalho não diminuiu, antes pelo contrário, mantém-se todas as necessidades anteriores de elaboração de projetos, preparação de projetos para abertura de procedimentos, fiscalização das obras, bem como a realização de outros serviços que são solicitados.

No início de 2019, foi aberto procedimento para recrutamento de engenheiro civil para a Divisão de Obras.

Este ingresso de uma engenheira na carreira técnica superior, que ocorreu no mês de Dezembro não consegue colmatar as necessidades efetivas da Divisão em engenheiros civis.

Neste momento temos inúmeras empreitadas a decorrer e com perspetiva de virem a ser contratualizadas ainda mais já neste inicio de ano de 2020.

Toda esta preocupação decorre de uma prévia e necessária programação e planeamento do trabalho ao qual não se pode deixar de estar atento e alerta e que num futuro muito próximo se afigure novamente uma rotura nos serviços por falta de técnicos superiores com qualificações para a fiscalização de obras, o que implicará que se tenha de vir provavelmente a recorrer a serviços externos, conforme já tem vindo a acontecer na área de projetos de execução.

Nesse sentido, atento à carência dos recursos humanos referidos, entendo que com a maior brevidade possível deverá esta divisão ser dotada de funcionários com as características anteriormente referidas, nomeadamente de mais 2 técnicos superiores (eng. Civis) para fazer face às necessidades permanentes do serviço.

Considerando que no mapa de pessoal existem 2 lugares de engenheiros civis no Departamento Técnico, sendo que 1 no mapa de pessoal da Divisão de Obras e o outro na Divisão de Ambiente, proponho que seja alterado o mapa de pessoal e que dentro do Departamento Técnico transitem os 2 técnicos para o mapa de pessoal da Divisão de Obras, permitindo assim o recurso ao concurso aberto no ano de 2019 para o recrutamento de mais 2 engenheiros civis da lista unitária de ordenação final.

À consideração superior de V. Ex^a

15 de janeiro de 2020

O Chefe da Divisão de Obras

(Eng. Luís Barros)



Município de Felgueiras - Mapa de Pessoal 2020

Cargos/carreiras/categorias	Nr de postos de trabalho a preencher	Nr de postos de trabalho preenchidos		OBS
		Contrato	Total	
Serviços Mobilitade				
Subtotal				
Serviços Energia				
Subtotal				
Total DT				